



**CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES
INSTITUTO DE HUMANIDADES**

Projeto de pesquisa

**AS FAMÍLIAS GUINEENSES: GÊNERO E CASAMENTO PRECOCE NA
SOCIEDADE BALANTA-NHACRA NA GUINÉ-BISSAU**

ZICELA ALUIT NA MANCANHA

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

**Redenção - CE
2023**

ZICELA ALUIT NA MANCANHA

**AS FAMÍLIAS GUINEENSES: GÊNERO E CASAMENTO PRECOCE NA
SOCIEDADE BALANTA-NHACRA NA GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado no curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), enquanto requisito final para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

**Redenção - CE
2023**

ZICELA ALUIT NA MANCANHA

**AS FAMÍLIAS GUINEENSES: GÊNERO E CASAMENTO PRECOCE NA
SOCIEDADE BALANTA-NHACRA NA GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado no curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), enquanto requisito final para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 20/ 01 / 2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (Orientador/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

Prof. Dr. Daniele Ellery Mourão (Examinador/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

Prof. Dr. João José Silva Monteiro (Examinador/ UCB)

Universidade Colinas de Boé, UCB

RESUMO

O presente projeto tendo como a temática, As Famílias Guineenses: Gênero e Casamento Precoce na Sociedade Balanta-Nhacra na Guiné-Bissau. O objetivo central do trabalho visa analisar a relação do gênero e o casamento de mulheres e meninas na sociedade balanta, bem como análise da estrutura social e familiar dos balantas que estabelecem a ordem social, utilizando como método de pesquisa qualitativa, bibliográfica, análise documental, consulta aos sites, levantamento de dados no arquivo público e consulta a revista de estudos guineenses (Soronda). A partir das informações obtidas, foi realizada uma reflexão sobre o casamento precoce e a desigualdade de gênero na sociedade balanta.

Palavras-chave: Casamento Precoce; Gênero; Balanta; Família; Sociedade.

ABSTRACT

The present project has as its theme, Guinean Families: Gender and Early Marriage in the Balanta-Nhacra Society in Guinea-Bissau. The main objective of the work is to analyze the gender relationship and marriage of women and girls in Balanta society, as well as analyze the social and family structure of the Balanta that establish the social order, using as a method of qualitative research, bibliography, document analysis, consulting websites, surveying data in the public archive and consulting the journal of Guinean studies (Soronda). Based on the information obtained, a reflection was carried out on early marriage and gender inequality in Balanta society.

Keywords: Early marriage; Gender; Balanta; Family; Society.

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	6
1.1.	Contextualizando Guiné – Bissau Na África Ocidental	7
1.2.	Povos Da Guiné-Bissau.....	8
2.	JUSTIFICATIVA	12
3.	OBJETIVOS	13
3.1	Objetivo geral.....	13
3.2	Objetivo específicos	13
4.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Mulheres, Famílias E Educação Em África	13
5.	METODOLOGIA	20
	REFERÊNCIAS	22

1. APRESENTAÇÃO

O estudo toma como referência para análise as relações de gênero e o casamento entre mulheres e homens da etnia Balanta de Nhacra, grupo étnico da Guiné-Bissau, majoritariamente habitantes da região Norte e Sul, representando mais de 25% do total da população total do país avaliado (INE, 2020).

Os Balantas são uma família de povos nigero-congolesas, sendo um dos maiores povos da África Ocidental, tanto em número de falantes de uma das maiores línguas africanas, quanto em número de população e áreas geográficas nessa parte da região africana subsaariana, abrangendo também atual Guiné-Bissau entre o Senegal e a Gâmbia. Os Balantas são considerados um dos grupos que a décadas estiveram fora do controle administrativo do estado colonial. A ausência de uma estrutura de classes difere os povos Balantas de outros povos em vários aspectos fundamentais, em que as decisões são tomadas por um conselho de homens grandes, geralmente considerados sábios da comunidade devido seus papéis na família e na comunidade.

Vinda de uma família Balanta, presenciei várias situações de desigualdade de gênero, em que praticamente a questão de mulher e meninas sempre chamou minha atenção na interação com os homens. O sistema de casamento entre os Balantas me marcou bastante sobre as relações de gênero entre mulheres e homens. O problema tem sido, mais especificamente, a forma em como as mulheres e meninas são atribuídos seus esposos para casamento.

Há proibição da menina ou mulher escolher seu parceiro, uma escolha feita geralmente pela família que fere a igualdade de gênero. Certamente vários fatores pesam nessa imposição de casamentos nas famílias Balantas, em concreto entre os Balantas de Nhacra, na região de Oio - setor de Tombali. Creio que um dos fatores mais forte para casamento precoce são as estruturas familiares e a educação das meninas e mulheres no interior das famílias Balantas, uma família centrada no homem, muitas das vezes interpretada localmente como “normal” ou “benéfica” para manutenção da estrutura social, principalmente por homens mais velhos ou chefes da aldeia ou tabanca.

Enquanto acadêmica das Humanidades, minha primeira decisão foi a de estudar o gênero e o sistema de casamento precoce na sociedade Balanta, razão porque escolhi esse tema. Pretendo com este projeto contribuir para a conscientização da sociedade Balanta e da população guineense da consequência do casamento forçado e, de como a sociedade e a população em geral pode contribuir para diminuir essa prática. Como também contribuir para

uma reflexão crítica e acadêmica sobre a importância de se estudar a relação entre o gênero e o casamento, em especial, no campo das humanidades e nos cursos das ciências sociais que nos são úteis para a compreensão de tais fenômenos.

Para desenvolver esse projeto, inicialmente faz-se necessário uma contextualização geográfica e populacional dos povos da atual Guiné-Bissau. Em seguida, será apresentado, para situar o tema, o debate conceitual e teórico sobre as famílias guineenses. É nosso interesse mostrar a relação o modelo de famílias, socialização de meninas e meninos e os casamentos arranjados que mexem muito com a vida das mulheres e meninas. A partir dessas questões, serão definidos os objetivos do projeto de pesquisa, o quadro teórico sobre gênero e a metodologia que servirão de base para análise da vida social e cultural dos Balantas.

1.1. Contextualizando Guiné – Bissau Na África Ocidental

Localizado na Costa Ocidental da África, a Guiné-Bissau está localizado na Costa Ocidental da África, estendendo-se, no litoral, do Cabo Roxo à Ponta Cagete. O país faz fronteira a Norte com o Senegal, ao sul com a república de Guiné Conakry, e ao oeste com o Oceano Atlântico, além da parte insular, constituída por cerca de 90 ilhas, das quais apenas 17 são habitadas de um conjunto de ilhas e ilhéus que compõe o arquipélago dos Bijagós. São povos distribuídos por regiões, setores e línguas numa superfície total de 36.125km².

Figura 1- Mapa da Guiné-Bissau: regiões, setores e grupos étnicos



Fonte: Wikipédia, 2022

A Guiné-Bissau, administrativamente, conta com oito (8) regiões, Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinará, Tombali e Bissau, esta última capital administrativa do país. As regiões, por sua vez, estão subdivididas em trinta e seis (36) sectores, formada por secções, que compõem diferentes aldeias também conhecidas por tabancas. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística e Senso (INE, 2020), seu território, constituído por uma parte continental e outra insular, abrange trinta e seis mil e cento e vinde cinco (36.125km) quilômetros quadrados de área, com uma população total estimada em um milhão e seiscentos e vinte quatro e novecentos quarenta e cinco (1.624.945) habitantes. Desse total, quarenta e nove por cento (49%) são constituídos por mulheres.

1.2. Povos Da Guiné-Bissau

O país possui diversos grupos étnicos, cada qual com a sua cultura e forma de famílias, parentesco, casamento e relações socioculturais, com presença de mais de 20 línguas étnicas. Além das línguas étnicas, majoritárias no país, existe a língua crioula, considerada a segunda língua de comunicação entre diferentes grupos étnicos, principalmente nas zonas urbanas das cidades como Bissau, Bolama, Cacheu e Bafata. A língua portuguesa, com menos falantes, língua oficial de comunicação herdada da colonização, abrange principalmente as zonas urbanas, distribuindo-se pelos diferentes cidadãos. A diversidade linguística, cultural e étnica, representa a formação dos povos da atual Guiné-Bissau para além das fronteiras nacionais de seu território continental e insular. Os principais povos da Guiné-Bissau são:

Figura 2. Os povos da Guiné-Bissau

Felupes

- I. O termo Felupe abrangia todos os seus visitantes. Ocupam a região norte, zona conhecida também por Mata de Ucó e praticam ritos estruturados em famílias indígenas chamados djorson. São agricultores com uma estrutura social descentralizada.
-

Banhuns

- II. São considerados povos mestiços interétnicos devido a influência de diversos povos, poucos numerosos, instalados na fronteira entre a Guiné-Bissau, Gambia e o Senegal, concretamente à margem de Rio São Domingos. Pertencem famílias *djorson* de classe de idade dirigidas por homens grandes da aldeia.

Baiotes

- III. Povos do litoral ao norte do Rio Cacheu e abrangem Sul de Casamansa e São Domingos. São próximos dos povos Felupes, estruturados em subgrupos de povos mais apegados à cultura local de família *djorson*, dirigido por homens.

Manjacos

- IV. Em língua étnica, a expressão *mandjaco* ``manjaco'' traduz-se “eudigo-te. São povos de Pecixe e Jeta que vivem às margens dos rios Cacheu e Geba. São emigrantes com comunidades no Senegal, Gambia, França, Portugal e outros países.

Brames

- V. Os povos Brames ou Mancanhas são de família da região norte (Bula e Cói), mas apresentam-se espalhados por outras regiões, em Quinara, Bissau e Bolama. São povos do ramo cínica sociolinguística negro-congolês.

Pepéis

- VI. São povos da região de Bissau, também conhecidos por *Biçaos* ou *Intchassu*, que simboliza força. Ficam entre a parte continental e os arquipélagos. São considerados originários do país, mas com pouca representação populacional.

Mansoncas

- VII. Resultam do cruzamento dos povos das duas províncias, Leste e Norte, ligados ao sistema de poder local ou regulado dos povos continentais – em especial Mansoa.

Bijagós

- VIII.** Localizados no arquipélago dos Bijagós, constituído por 88 ilhas eilhéus, situado na região com o mesmo nome, com tradições variadas, não obstante os elementos que lhes são comuns. O turismo nas ilhas é forte, com clima tropical.
-

Mandingas

- IX.** São muçulmanos e oriundos da grande família Mandê. Concentram-se na província leste a partir de dois clãs: ao sul, clã Mã ou malinquês, e ao norte, clã Sô ou sonanquês do antigo Império de Gana. São geralmente comerciantes com forte presença na sub-região, fenómeno denominado por mandinkização de etnias.
-

Fulas

- X.** Também se concentram na província leste a partir de cruzamento de diversos povos e procedências espalhadas pela África Ocidental, África Central e África sudanesa. Travaram longas disputas com os Mandingas pelo controle do território. São geralmente muçulmanos e pastores, presentes nessas regiões.
-

Crioulos

- XI.** O Setor Autônomo de Bissau, centro administrativo, concentra maior **número** de crioulos. Geralmente são católicos, grande parte oriundo das ilhas de Cabo Verde, quando se iniciou a presença colonial portuguesa na Guiné-Bissau.
-

Balantas

- XII.** São povos conhecidos como “gentes de terras baixas, numa referência à parte continental onde habitam. São agricultores e animistas, demonstraram grande capacidade de resistência contra a colonização portuguesa, por isso são conhecidos como “gentes que recusam”. São agricultores e animistas.
-

Para o linguístico guineense loureço Ocuni Cá (2008, p. 15), os Balantas foram os povos mais compactos durante a presença colonial portuguesa na atual Guiné-Bissau. Com forte mobilidade social, os Balantas incorporaram outras etnias na constituição de seu povo denominado *balantização* de etnias. Numa miscigenação de culturas que se estendiam da região de casamansa do Senegal ao rio Geba da atual Guiné-Bissau. Trata-se de um povo presente em diversos países da África Ocidental, do Senegal à Gambia na constituição de famílias nesses países através de conquistas ou casamentos locais (CÁ, 2008, p.15).

Os povos Balantas estão divididos em vários subgrupos, sendo os principais balantas-nagas, balantas-cunantes e balanta-manés. Apesar de suas diferenças culturais entre os grupos e no interior do mesmo grupo, compartilham mesma língua, geografia e formas de organização social atrelada a agricultura. São povos com forte tradição de resistência e de migração para os interiores de diferentes localidades do país. Nos princípios do século XX, o regime colonial português desenvolveu campanhas militares contra as resistências dos Balantas.

Além de promover o massacre contra as formas de vida e vida familiar dos Balantas, o regime colonial substituiu suas estruturas sociais horizontais por formas hierárquicas de poder local ou regulados utilizando-se dos Fulas como seus chefes. Os Balantas reagiram a repressão portuguesa aderindo massivamente a luta de libertação nacional dirigido pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado e dirigido pelo guineense caboverdiano Amílcar Lopes Cabral, nos anos 1960 em diante.

Na Guiné-Bissau, parte de estudos sobre gênero enfatizam a participação de mulheres combatentes na luta de libertação nacional, o machismo e a sobrecarga das tarefas domésticas de cuidar da casa, do marido e dos filhos, educados por mulheres, no seio de um mundo feminino, cujo destino é o casamento. Nesse sentido a noção de gênero se coloca como uma categoria política no campo das relações de poder (GOMES, 2016, p. 2).

Trata-se de uma abordagem da temática feminista – que reflete a minha trajetória, de mulher africana, guineense, da etnia Balanta. Nesse sentido sou sujeito e objeto da pesquisa, enquanto ator social, marcado pela minha cultura e visão do mundo, ao mesmo tempo uma privilegiada estudante de ensino superior.

Na parte a seguir, de cunho teórico, mostraremos como se estrutura a família guineense, o lugar das mulheres em um contexto mais amplo do sistema de educação em África sociológicas e antropológicas.

2. JUSTIFICATIVA

A escolha dessa temática tem a ver com as minhas vivências enquanto guineense, fato esse que me impulsiona a compreender, situação do gênero e a violação dos direitos das meninas guineenses de modo particular do grupo étnico (balanta) com menores de 18 anos de idade, levando em consideração a cultura do casamento tradicional, na qual essas meninas vêm se confrontando por muitos anos. Neste casamento tradicional precoce as meninas são obrigadas a casar com homens mais velhos do que elas e pior de tudo a escolha desses homens não é feita pela própria menina elas são forçadas a se casarem com esses homens porque os pais, as vezes aceitam a situação.

Tendo em conta todo esse ato que as mulheres estão vivendo no país, principalmente no Catió (zona sul do país) despertou-me atenção debruçar sobre o assunto, razão este que me aproxima do acontecido, ou seja, a própria minha prima na altura com menoridade passou pelo ato (casamento tradicional precoce) mas ela não aceitou-se casar, obrigando-a fugir para a cidade (Bissau) com intuito de encontrar refúgio aos seus tios que lhe possam ajudar a não voltar para aldeia (tabanca), ainda temia voltar a casa dos pais, se não ela vai ser obrigada a se casar com o mesmo homem ou outro mais velho.

Durante toda essa observação, do que ela estava passando, me faz pensar sobre a violação do gênero e os direitos que ela não estava a usufruir, vendo tudo isso fiquei tão mal e me deu vontade de continuar focando mais ainda no tema comecei a procurar entender porque esse ato ainda está acontecendo no pleno século XXI, e num país como a Guiné-Bissau que se pauta no ``exercício do direito`` em conexão com questões tradicionais tal qual a menina foi posta. A partir dessa complexidade do fato (casamento tradicional precoce) na qual as meninas Balantas se deparam atualmente, faz com que me sinto na obrigação de pesquisar essas relações entre os mais velhos sem descartar também o conhecimento dos jovens, perante entendimento do que é a tradição do casamento que lhes proíbem a liberdade.

Por este motivo este motivo vale ressaltar que, com este trabalho podemos compreender as melhores formas da resolução dos problemas em volta da violação dos direitos a liberdade, a educação, a proteção, a saúde e do exercício da adolescência que a própria situação do casamento lhes limita. Por esta razão, perspectivamos que deveria existir mais trabalhos acadêmicos como este que procura abordar sobre mecanismos que minimizam esta prática da sociedade étnica balantasem deixar de lado, elaboração dos conhecimentos que vão ao encontro do barreiramento desses fatos no ambiente educacional na comunidade que ainda persiste em caminhar com esta forma de educação de dar casamento.

Pois admite-se, a obrigatoriedade de implementações de políticas públicas educativas que vão ao encontro das crises educacionais que possam emancipar estas meninas e seus pais a sanar problemas de casamentos tradicionais que as vezes ignora as faixas etárias menos de 18 anos de idade como o que tem estado acontecer com certas meninas balantas nas zonas rurais.

Academicamente, este projeto poderá servir de incentivo para novas pesquisas e debate sobre o casamento da etnia balanta de Nhacra ou temas relacionados ao casamento em sociedades africanas, particularmente guineense. Ademais, a projeto de pesquisa poderá servir também servirá de uma contribuição não só para o meu país (Guiné-Bissau), mas também para todos, uma vez que o conhecimento sobre as realidades africana é o assunto que está despertando o interesse da maioria dos pesquisadores do mundo.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre o gênero e o casamento de mulheres e meninas na sociedade Balanta.

3.2 Objetivo específicos

- I. Analisar a estrutura social e familiar dos Balantas que estabelecem ordem social;
- II. Analisar formas de socialização e de educação de mulheres e meninas Balantas;
- III. Analisar as visões de mulheres e meninas sobre gênero, casamento,divórcio e parentesco nas famílias Balantas;
- IV. Analisar os fundamentos de liberdade e igualdade de gênero entreBalantas.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Mulheres, Famílias E Educação Em África

O lugar da família relacionado aos sistemas de valores e práticas socioculturais e sócio religiosas aparecem como aspectos centrais nos estudos sobre as mulheres em África. Uma parte significativa dos estudos dos anos de 1980 a 1990, analisados aqui, tomam como ponto de partida as relações de produção a partir do trabalho na agricultura útil para estudo que pretendemos desenvolver para o caso da Guiné-Bissau.

Outros estudos privilegiam abordagens sobre os ritos de iniciação dos jovens para a vida adulta; o peso das religiões, o sistema de educação na construção de identidades coletivas de mulheres e homens nas sociedades africanas, anteriores e posteriores a colonização, considerados distintos das análises que se fizeram das sociedades ocidentais, de tradição europeia, no quadro da divisão do trabalho e da educação.

Fafali Koudawo (1991) aponta três características da educação tradicional africana, a saber: informalidade, oralidade e reprodução social, baseada numa pedagogia ativa de um conjunto de saberes que refletem os valores fundamentais de uma sociedade. O autor entende por educação formal um sistema institucional que possui regras, recursos e pessoas, que funciona em locais apropriados, com um programa e tempo definido de formação especializada, distinto da educação “tradicional africana”, que foge a esses critérios de formação técnica e regras burocráticas.

Todavia, o autor afirma que o caráter informal da educação africana, sem um programa previamente definido, não é absoluto e nem linear. A informalidade é relativizada por outros elementos de formalismo, presentes em seu funcionamento. Ainda que seja uma educação generalista, em que a “escola é vida”, seu conteúdo é transmitido pelos membros da comunidade, com seu modo de funcionamento próprio, em que os ritos de iniciação, por exemplo, ocorrem em locais definidos, onde os conteúdos, os saberes e os temas são transmitidos em tempos específicos e se assemelham a um período escolar particular das experiências de vida cotidiana da comunidade.

Contudo, seu modo próprio de funcionamento apresenta uma especificidade preponderantemente comum, que lhe distingue: o papel dos mais velhos na vida comunitária, geralmente homens, com um papel central na formação educacional, muito mais do que as mulheres, assumido por todos os membros na vida das populações. A presença dos ritos de iniciação da educação participativa é fundamental para as relações de gênero. Os ritos ocorrem pela imitação que garantem a reprodução social. A divisão do trabalho na esfera doméstica, as barreiras sociais e culturais à autonomia da mulher, principalmente o casamento arranjado e a idade, também merecem ser levados em consideração na análise.

Segundo Fafali Koudawo (1991), a imitação desempenha um papel importante em uma sociedade da oralidade onde a escrita, no sentido formal, como representação de signos gráficos, não é utilizada para registrar, acumular e transmitir saberes. A idade e a experiência que o indivíduo acumula assume uma centralidade em África. A pedagogia de escuta, observação e reprodução, é um empreendimento coletivo, onde, por exemplo, apreender um ofício, com os mais velhos, são características específicas de toda educação africana, apesar de suas

diversidades. Temos aqui uma estrutura social baseada na idade que integra a vida comunitária. É uma estrutura que também mascara a violência contra a mulher e meninas quando não são debatidos e contextualizados.

Como disse Fafali Koudawo, em África, classes de idade tem uma função chave na determinação da hierarquia e no valor que um indivíduo passa a ter na sociedade que acompanhada um conjunto de (pré) requisitos. A classe de idade fixa o tipo de educação que um indivíduo pode ou deve receber e seu papel social sociocultural (KOUDAWO, 1991, p. 65). O casamento arranjado, imposto por esta estrutura de idade, também começa a ser questionada a partir de uma nova experiência e trajetória de mulheres e meninas. Sobretudo a partir do momento em que a violência de gênero afeta a liberdade das mulheres, em alguns casos, afeta suas próprias vidas enquanto sujeitos de direitos.

É fixação de papéis sociais predefinidos que as mulheres ganham e perdem prestígio ou desprestígio na vida cotidiana e pública. Os ritos resultam dessa configuração sociocultural. Como parte integrante dos simbolismos, que estruturam as práticas sociais, os ritos congregam três elementos fundamentais: a) representa a educação previamente definida de uma menina ou menino pela família para uma vida coletiva em sociedade; b) representa a remodelação de uma menina ou menino conforme sua identidade étnica e regional, na qual recebe os ensinamentos das revelações e das provas; e finalmente c) o rito restitui à sociedade um membro maduro, com capacidade para assumir as responsabilidades esperada pela sociedade, da qual é parte integrante.

Para que o processo da integração social ocorra são decisivos, nas sociedades africanas, a absorção cultural. Um processo complexo de reconhecimento pelos pares a partir do saber e das observâncias das regras que, para Koudawo, possibilitam a participação e a representação das pessoas na sociedade comunitária, ao mesmo tempo em que define os papéis e os lugares sociais dos indivíduos. No caso das mulheres e meninas, o trabalho na esfera doméstica, o casamento e a reprodução biológica e a restrição na vida política, são aspectos fundamentais na definição de papéis sociais femininos na esfera familiar e social.

No caso guineense, não só a idade, mas também o gênero e a desigualdade entre regiões e setores, nos fornece um exemplo importante desse tipo de processo de socialização e da educação. Segundo o sociólogo guineense João José Silva Monteiro (1997), na Guiné-Bissau, há uma distância muito enorme entre meninas e meninos no acesso à educação formal, concentrada nas grandes cidades como Bissau, em detrimento das zonas rurais. A desigualdade regional entre a cidade e o campo reflete, igualmente, na desigualdade religiosa no acesso à educação.

Estudo analisado por João José Silva Monteiro (1997) revelou, por exemplo, que o acesso à escolarização formal é superior entre os cristãos católicos, mais escolarizados, em detrimento dos jovens e adultos muçulmanos, principalmente entre grupos étnicos Fulas e Mandingas que estão muito abaixo da pirâmide educacional. A percentagem de mulheres e meninas dessas etnias (Fula e Mandinga) fora da escola formal está acima da média nacional, segundo o autor. Mas antes da educação formal, de tradição colonial, havia a educação corânica, na sua dimensão moral, social, religiosa e profissional. João José Silva Monteiro (1997) reconhece que não obstante suas desvantagens no acesso à escolarização, de matriz ocidental, os povos muçulmanos apresentam outra forma de educação, como àquela encontrada nos Impérios ou Reinos africanos, anteriores à presença colonial em África.

A constituição de famílias e o sistema de parentesco guineense, bem como a forma como a sociedade estruturam sistemas de casamentos, relações com os filhos e as filhas e com a realidade social, de forma geral, revelam as preocupações desse projeto de pesquisa, quando analisada em perspectiva de gênero em termos cultural, religioso e organização sociopolítica.

A socióloga Diana Handem (1986) aponta a relação de parentesco e de alianças que sustentam, a legitimidade e o reconhecimento das famílias no sistema atrelado a divisão social do trabalho na esfera do sistema produtivo ligado a autoridade de um chefe de família, geralmente um patriarca - um homem velho da aldeia. A centralidade do homem na estrutura social emerge basicamente da constituição da família guineense, com diversos tipos de família(embora, claro, haja coexistências entre as famílias).

A socióloga Gertrut Achinger (1986, p. 71-73), que fez pesquisa na Guiné-Bissau independente, anos de 1980, apresenta três transformações na família guineenses em períodos da colonização, pós-colonização e durante a formação nacional, apontando elementos de continuidade e de mudança, de forma temporal.

A primeira é a família do tipo horizontal, baseada na vida agrícola de subsistência. Os Balantas são os principais povos que constituem tais famílias. Sua estrutura abrange um chefe familiar, uma (s) esposa (s), criança (s) e parentes, vivendo em moransa (aldeia-tabanca) em agregado familiar e em linha direta ou indireta de sucessão Balanta de acordo com a sua estrutura de parentesco. As mulheres e meninas geralmente seguem o marido e os filhos tidos por elas no relacionamento pertencem à família do chefe da família, não à mãe biológica por descendência e legitimidade.

Os casamentos, geralmente arranjados pelo chefe da família, são simbólicos, porque não envolvem muito recurso monetário e, em caso de divórcio, os filhos ficam para a moransa (tabanca) e o herdeiro do falecido chefe da família tem o direito e a obrigação de se casar com

sua (s) mulher (es), a fim de manter a reprodução da estrutura familiar. Porém, há algumas flexibilidades, previamente controladas entre a esposa e o esposo em caso do divórcio. De maneira particular aos Balantas, as esposas, observadas algumas condições, podem divorciar-se do marido para assumir outro relacionamento, de sua livre escolha, desde de que tenha dado ao seu marido o primeiro filho por ela gerada.

A segunda característica da família patriarcal guineense é do tipo vertical, baseada na economia monetária e na cobrança de impostos, que ocorreu com a introdução do modo de produção capitalista pelo Estado colonial português. Algumas aproximações de classe de idade, gênero e casamento são encontradas nessa família, onde normalmente o poder de chefe da família é hegemônico.

O homem pode se casar com várias esposas, cada uma vivendo em sua casa, mas as mulheres só podiam se casar com um homem e eram exigidas a fidelidade sexual. Nesse sentido, pode-se dizer que a diversidade cultural que existe na sociedade guineense, não parece refletir a liberdade e diversidade sexual, em desvantagem para as mulheres nas relações efetivas e sexuais com os homens nas famílias verticais guineenses. A diferença de idade entre a esposa e o esposo são enormes, principalmente quando se trata da segunda ou terceira esposa do marido. São famílias Fulas e Mandingas, podendo ser encontrada noutros povos. Os filhos, em caso de divórcio, diferentemente das famílias Balantas, mantem-se ligados à mãe por todo tempo. É atribuído ao tio um papel fundamental na socialização dos filhos e a sucessão ocorre entre irmãos e depois para os filhos, assim sucessivamente, de acordo com a idade.

Já a terceira característica distintiva da família guineense é do tipo intermediária. Os Manjacos e Papéis são povos representativos dessas famílias guineenses. Os direitos e as obrigações de sucessão são de caráter matrilinear. Os filhos da mãe ou irmãos pela parte materna, são herdeiros legítimos. Por essa razão a relação entre os tios e os sobrinhos ganham importância nessas sociedades, abrangendo o parentesco, vinculando o indivíduo à comunidade para além do mundo de trabalho na agricultura. Porém essa configuração, apesar de seu caráter um pouco flexível, expressa os direitos e as obrigações entre os membros das famílias, muito desigual para as mulheres, que são exigidas mais obrigações e responsabilidades do que direitos baseados na classe de idade.

Bastante diferente das duas primeiras é a família do povo Bijagó, que habita o arquipélago com o mesmo nome, constituído por um conjunto de ilhas que compõe a parte insular da Guiné-Bissau. Seu núcleo estruturante é matrilinear ou feminista. Sua estrutura interna de poder mantém as memórias das grandes Rainhas através da qual as mulheres bijagós escolhem seus maridos, constroem suas casas e convidam seus esposos para lá habitarem. As

mulheres Bijagós gozam, ao contrário das mulheres Balantas, Fulas, Mandingas e Pepeis e outras etnias guineenses, maior liberdade de gênero. Seu poder político ou religioso esteve muito atrelado na evocação de espíritos que estabelece a ligação entre as gerações dos vivos e a geração das mortes que transcendem a autoridade dos régulos e da visão patriarcal familiar.

É por meio do poder da divindade que as mulheres bijagós exercem sua autoridade na sociedade. De uma maneira geral, os três tipos de famílias guineenses aproximam-se de três tipos de educação familiar que o sociólogo guineense Carlos Cardoso (1991) analisou, tendo por base o estudo desenvolvido pelo pedagogo Jean-Pierre Lepri que estudou o sistema de educação alternativa guineense, implementado durante e após a luta de libertação nacional.

Primeiro tipo é a educação indígena, mais alargada, ministrada pela família e pela comunidade e abrange mais 55% da população cuja expressão mais contundente encontra-se no ritual de fanado ou circuncisão. Segundo tipo é a educação arabígena (ou árabe), concebida pela comunidade muçulmana, situando em torno de 49% da população que frequentam escolas corânicas responsáveis para esse tipo de educação. Terceiro e último tipo é a educação formal, de tradição europeia, ministrada sobretudo na capital (Bissau), mas abrangia na época apenas 5% da população.

No início dos anos de 1950, com a luta de libertação contra o colonialismo português houve, posteriormente, grandes transformações na estrutura familiar guineense. Uma das principais razões pelas mudanças das famílias é a diminuição da força de trabalho masculino como consequência da guerra de libertação que gerou perdas humanas dos homens. Outra razão pelas mudanças é a introdução do trabalho produtivo pelo movimento de libertação como forma de transformar as estruturas produtivas herdadas do colonialismo, bem como as mudanças geradas pelo modo de produção capitalista (CARDOSO, 1991). A introdução de trabalho livre, no interior das famílias guineenses, sobretudo na produção de arroz, milho e castanha de caju, oferece elementos para a discussão de gênero, que tem traz subjacente a ideia de casamento.

Em termos econômicos, grande parte da população, sobretudo povos Mandinga e Fula, comerciantes, passaram a dedicar-se ao cultivo para exportação no mercado internacional, não para subsistência. Com a diminuição da mão-de-obra masculina e alterações no sistema de produção capitalista, o número de mulheres aumentou significativamente no mundo de trabalho doméstico, também influenciado pela mão-de-obra para o trabalho livre, mais acentuado entre jovens na faixa de idade entre 20 e 45 anos nas zonas rurais. O aumento da população feminina no trabalho livre aconteceu na proporção das precarizações de suas condições de vida e o aumento da pobreza, casamento arranjados, marginalização e o abandono escolar precoce.

Gertrud Achinger (1986) mostra os efeitos do capitalismo para as famílias guineenses

na atualidade devido a diminuição de número de mulheres por homens casados. É um momento de transformação a partir dos anos de 1980, diferente do modelo de estrutura familiar horizontal, vertical e intermediária que apresentamos ao longo do projeto. É um momento marcado pela globalização por meio do qual a sociedade guineense toma consciência da sua dependência (desigual) de sua inserção na dinâmica do capital, com transformações no mundo de trabalho e de comércio.

A monogamia aumentou significativamente. Em 1979, dois terços dos homens casados coabitavam com apenas uma esposa, embora a poligamia, entre os mais velhos, continuava em sistemas entre os régulos e pessoas com certo poder aquisitivo na sociedade guineenses para os quais o número de esposas ainda é uma demonstração da importância social. Contudo o declínio da poligamia é quase nulo entre os jovens.

Uma das justificativas é a diminuição do número da população ativa no trabalho agrícola (domésticas rurais) e o aumento de migrações. A ênfase na educação ganhou a centralidade para as mulheres com a democratização a partir dos anos de 1990, cujo resultado, ainda difícil de avaliar, pode ser percebido com a diminuição do analfabetismo. O acesso à educação coincide com a luta de mulheres pela participação e representação na política na perspectiva de igualdade de gênero. Surgiram no seio das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais guineenses um conjunto de movimentos de reivindicações de gênero em luta pela conquista de direitos no âmbito nacional quase em toda África.

No caso da África do Sul, houve um crescimento de diversos movimentos de mulheres contra a barreira de restrições imposta pelo apartheid. Para socióloga argentina Natalia Canabillas (2016), após o levante do Soweto nos anos 1980, aconteceu um aumento na participação e representação feminina que articula as ideais da luta de libertação nacional sul-africana com as causas da luta pela igualdade de gêneros. E acrescenta que tais lutas ocorreram no interior dos movimentos sociais de mulheres, de base comunitária, onde formaram-se grandes coalizões e federações regionais.

As mulheres brancas, por sua vez, somaram-se articuladamente na luta contra o regime de apartheid nas diferentes cidades sul-africanas. Contudo, no âmbito universitário, esse aumento da presença feminina na política trouxe inquietações para dentro da academia, que já contava, nessa época, com forte presença de pesquisadoras-ativistas. No entanto, apesar de luta comum contra o sistema de apartheid envolvendo pesquisadoras negras e brancas, as relações raciais de gênero permaneciam. Aqui se coloca, no caso de nosso projeto, a relação entre etnia, religião, classe e movimentos na luta pela igualdade de gênero e contra o casamento arranjados ou impostos pelos mais velhos às mulheres e meninas na Guiné-Bissau.

O crescimento da presença feminina no ensino superior nas universidades como ativistas sociais é um dos instrumentos por meio do qual as mulheres e as meninas utilizam para questionar as barreiras socioculturais que será objeto da nossa investigação. A minha experiência e trajetória universitária na Guiné-Bissau resultam da expansão de ensino superior, já que a educação garante condições e motivações na luta por direitos.

A pesquisadora guineense Faustina Ferreira Ntumbo (2021, p. 62) mostra que as mulheres guineenses têm consciência dos seus direitos, como os homens também têm, em termos de decisão. Entretanto, as formas de aceder tais direitos ainda são limitadas. Uma das estratégias que elas têm conseguido criar ocorre no campo da mediação de conflitos familiares, tentando exercer influências em escala micro em forma de promoção de diálogos e conselhos através de ação coletiva de *djumbais* ou conversas como espaços de exercício de opiniões sobre suas vidas para além do mundo de trabalho doméstico e produtivo na agricultura.

Faustina Ferreira Ntumbo (2021, p. 62) afirma que as resiliências femininas na Guiné Bissau têm permitido não apenas a sobrevivência das famílias, mas também possibilitou elas influenciarem opiniões como resultado das transformações na aquisição de direitos, no sentido mais amplo do termo e em termos de gênero. Resta saber a visão de mulheres e meninas sobre suas resiliências por direitos de gênero e casamento Balantas.

5. METODOLOGIA

Durante o processo desta pesquisa, será utilizado método qualitativo, como técnica para a coleta, a organização e a análise de informações sobre o gênero e o casamento de mulheres e meninas na sociedade Balanta. Segundo Creswell (2007), na pesquisa qualitativa deve se utilizar diferentes fontes de conhecimento numa articulação de informações para captura de situações singulares onde se expressa uma variedade de fenômenos a serem estudados.

Num primeiro momento, pretende-se fazer uma revisão da literatura sobre as sociedades e as famílias em África, em especial no contexto específico guineense, a fim de compreender o sistema educativo e o lugar reservado as mulheres e meninas, em perspectiva de gênero. Segundo Gil (2007), a pesquisa bibliográfica se baseia no estudo dos materiais já existentes sobre o tema, tais como livros, monografias, dissertações e artigos científicos para a construção do quadro teórico que servirá de base para o nosso estudo.

Pretendemos fazer o levantamento de dados no Arquivo Público do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). A Revista de Estudos Guineenses (Soronda) é uma das fontes

de dados importantes que serão utilizadas para levantamento de informações sobre gênero, famílias e casamentos na Guiné-Bissau, observando o lugar das mulheres e meninas na sociedade guineense, particularmente os fatores sociais, culturais e econômicas envolvidos na definição de casamento. A análise de documentos será outra fonte para levantamento de dados para o nosso trabalho, de modo a conseguir mais informações acerca da temática. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a fase de análise documental recomenda a produção ou reformulação do conhecimento anterior sobre o objeto e criação de novas formas de compreender os fenômenos. É uma condição necessária, a fim de sistematiza-los e interpretá-los, identifique tendências e inferências sobre o nosso objeto, sempre que possível e necessário. Consulta aos sites de principais movimentos de mulheres e meninas, a exemplo dos arquivos da Plataforma de Mulheres (ONGs), onde consultaremos seus depoimentos para verificar suas principais reivindicações sobre a igualdade de gênero, violências e a vida em geral de mulheres e meninas guineenses. Nesse sentido a internet também será um ótimo instrumento de coleta de dados.

REFERÊNCIAS

ACHINGER, Gertrud. A família guineense. SORONDA. **Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, n. 01, janeiro.1986, p. 68-90. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=A00000612>. Acesso em: 03 ago 2022.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. Cuiabá: EdUFMT/CAPES, 2008.

CÁ, Cristina Mandau Ocuni. **Formação feminina no internato de Bor (1933-2011) na Guiné-Bissau: reflexos na educação da sociedade guineense contemporânea**. 2015. 293f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/14371>. Acesso em: 03. abr. 2022.

CANABILLAS, Natalia. **Para além do político mulheres ativistas na cidade do Cabo, África do Sul**. 2016. 273 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, UnB, Brasília: 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22429>. Acesso em: 05. jun. 2023.

CARDOSO, Carlos. Educação e endogeneidade: o caso da Guiné-Bissau. SORONDA. **Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, n. 12, julho de 1991, p. 147-154. Disponível em: <https://biblio.iict.pt/geral/show/58113>. Acesso em: 08 jul. 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODINHO GOMES, Patrícia. As outras vozes: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. ODEERE, 2016, p. 121-145. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1536>. Acesso em: 10 ago. 2021.

HANDEM, Diana. O arroz ou a identidade balanta brassa. SORONDA. **Revista de Estudos Guineenses**. Bissau, n. 1., julho de 1986. p. 55-67. Disponível em: memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=TI o arroz ou a identidade balanta.... Acesso em: 20 jan. 2023.

INE- Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. Bissau, 2020. Disponível em: <https://www.stat-guinebissau.com/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

KOUDAWO, Fafali. Educação e sociedade na África pré-colonial. SORONDA. **Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, julho de 1991, p.61-69. Disponível em: <https://www.degruyter.com/database/IABO/entry/iab19952861/html>. Acesso em: 06.abr.2023.

MAPA Político de Guiné-Bissau. Disponível em: <https://pt.mapsofworld.com/maps/guineabissau-mapa.jpg>. Acesso em : 10. jan. 2023.

MONTEIRO, Silva José João. Analfabetismo na Guiné-Bissau: Kamiñu lunju inda. SORONDA. **Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, vol. 1. n. 1, junho de 1997, p.3159.

Disponível em:

[http://memoriaafrica.ua.pt/Catalog.aspx?q=TI%20o%20arroz%20ou%20a%20identidade%20balanta%20bra ssa](http://memoriaafrica.ua.pt/Catalog.aspx?q=TI%20o%20arroz%20ou%20a%20identidade%20balanta%20bra%20ssa). Acesso em: 03 set. 2022.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Revista antropologia** mão.

1998. Disponível em:

<https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/bitstream/123456789/525/1/Identidade%20de%20g%C3%AAnero%20e%20sexualidade%20-%20Miriam%20Pillar%20Grossi%2C%201998.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

NTUMBO, Ferreira Faustina. **Monoparentalidade feminina na Guiné-Bissau**

Rural: desafios das mulheres na gestão das suas famílias. 2021. 79p. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/21709>. Acesso em: 05. abr. 2022.

SÁ- SILVA, Jackson Ronie, ALMEIDA, Cristóvão Domingos de GUINDANI, Joel Felipe.

Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Ano 1, n. 1, p.1-15, julho de 2009. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 04. jun. 2022.